



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638420 - MG (2021/0000741-4)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : BRIAN PHILIPPE BELMIRO DE SOUSA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JEFFERSON CALILI RIBEIRO - MG112618  
BRIAN PHILIPPE BELMIRO DE SOUSA - MG192002  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
**PACIENTE** : VANILDO MOURA DE PAULA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANILDO MOURA DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1041374-13.2020.4.01.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 232 e 288 do Código Penal, bem como no art. 239 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Os impetrantes sustentam "ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, pois a decisão de primeiro grau, corroborada pelo Tribunal Regional, foi fundamentada sob argumentos frágeis, que não poderiam ensejar a prisão preventiva do paciente, bem como, em eventual condenação" (fl. 14). Aduzem ainda que o paciente sofre de sintomas de ansiedade generalizada, irritabilidade, crises de pânico e agorafobia.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, estipulando-se medidas cautelares diferentes da prisão. No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.

RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente